



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

19º CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE PROCURADOR DO TRABALHO

GRUPO I

**DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITOS HUMANOS,
INDIVIDUAL E COLETIVO DO TRABALHO,
PROCESSUAL DO TRABALHO, CIVIL, COMERCIAL E
REGIME JURÍDICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 01

A respeito das medidas provisórias, é **INCORRETO** concluir o seguinte:

- a) Caberá à comissão mista de Deputados e Senadores examinar as medidas provisórias e sobre elas emitir parecer, antes de serem apreciadas, em sessão conjunta, pelas Casas do Congresso Nacional.
- b) É vedada a edição de medida provisória sobre matéria relacionada a direito processual civil.
- c) A deliberação de cada uma das Casas do Congresso Nacional sobre o mérito das medidas provisórias dependerá de juízo prévio sobre o atendimento de seus pressupostos constitucionais.
- d) Se não editado o decreto legislativo tendente a disciplinar as relações jurídicas decorrentes de medida provisória rejeitada ou que perdeu a eficácia por decurso de prazo, em até sessenta dias da data da rejeição ou da perda da eficácia da norma, as relações jurídicas constituídas e decorrentes de atos praticados durante sua vigência conservar-se-ão por ela regidas.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 02

A respeito da fiscalização contábil, financeira e orçamentária, é **CORRETO** concluir o seguinte:

- a) Compete ao Tribunal de Contas da União realizar, de ofício, auditoria de natureza contábil em sociedades de economia mista e empresas públicas federais.
- b) O Tribunal de Contas da União não tem competência para fiscalizar as contas nacionais de empresas supranacionais.
- c) O Tribunal de Contas da União encaminhará ao Congresso Nacional, semestral e anualmente, relatório de suas atividades.
- d) Dentre os requisitos previstos na Constituição da República para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União estão os referentes a notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e de administração pública, devendo ter mais de cinco anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 03

Examine as seguintes assertivas acerca do estado de defesa e do estado de sítio:

- 1) O tempo de duração do estado de defesa não será superior a trinta dias, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação.
- 2) No caso de comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante estado de defesa, o decreto de estado de sítio poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação.
- 3) Solicitada autorização para decretar o estado de sítio durante o recesso parlamentar, o Presidente do Senado Federal, de imediato, convocará extraordinariamente o Congresso Nacional para se reunir dentro de dez dias, a fim de apreciar o ato.
- 4) A Mesa do Congresso Nacional, ouvidos os líderes partidários, designará Comissão composta de cinco de seus membros para acompanhar e fiscalizar a execução das medidas referentes ao estado de defesa e estado de sítio.

Marque a resposta **CORRETA**:

- a) apenas as assertivas 1 e 2 estão corretas;
- b) apenas as assertivas 2 e 4 estão corretas;
- c) apenas as assertivas 2 e 3 estão corretas;
- d) apenas as assertivas 1 e 4 estão corretas.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 04

A respeito das limitações constitucionais ao poder de tributar, examine as assertivas abaixo:

- 1) É vedado aos entes federativos instituir impostos sobre fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou estrangeiros, bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham, salvo na etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a *laser*.
- 2) A limitação ao poder de tributar alcança o patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, desde que não tenham fins lucrativos.
- 3) Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal.
- 4) É vedado à União instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional ou que implique distinção ou preferência em relação a Estado, ao Distrito Federal ou a Município, em detrimento de outro, admitida a concessão de imunidade fiscal destinada a promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do País.

Marque a resposta **CORRETA**:

- a) apenas as assertivas 1 e 2 estão corretas;
- b) apenas as assertivas 2 e 3 estão corretas;
- c) apenas as assertivas 2 e 4 estão corretas;
- d) apenas as assertivas 1 e 4 estão corretas.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 05

A respeito dos direitos da nacionalidade, indique a alternativa **CORRETA**:

- a) A nacionalidade potestativa será incorporada pelo indivíduo se for registrado em repartição brasileira no exterior e vier a residir no Brasil antes da maioridade.
- b) A naturalização extraordinária apresenta como requisitos: residência no Brasil há quinze anos ininterruptos, ausência de condenação penal, requerimento do interessado e idoneidade moral.
- c) São cargos privativos de brasileiros natos: Presidente do Supremo Tribunal Federal, Procurador-Geral da República, Oficial das Forças Armadas e Ministro de Estado da Defesa.

d) Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que adquirir outra nacionalidade, salvo no caso de imposição, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em Estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o fim de exercício de direitos civis.

e) Não respondida.

QUESTÃO 06

A respeito do controle de constitucionalidade disciplinado na Constituição da República, é **INCORRETO** concluir o seguinte:

a) Cabe aos Estados a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição estadual, vedada a atribuição da legitimação para agir a um único órgão.

b) As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo STF, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente ao Poder Legislativo e aos demais órgãos do Poder Judiciário.

c) É função institucional do Ministério Público promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos na Constituição da República.

d) Compete ao STF julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida julgar válida lei local contestada em face de lei federal.

e) Não respondida.

QUESTÃO 07

Examine o conteúdo das seguintes assertivas referentes às Súmulas Vinculantes do STF:

1) Nos processos perante o Tribunal de Contas da União asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação do ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.

2) A norma do art. 192, § 3º, da Constituição, revogada pela Emenda Constitucional n. 40/2003, que limitava a taxa de juros reais a 12% ao ano, tinha sua aplicação condicionada à edição de lei ordinária.

3) A Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar ação possessória ajuizada em decorrência do exercício do direito de greve pelos trabalhadores da iniciativa privada.

4) É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.

Marque a resposta **CORRETA**:

- a) as assertivas 1, 2 e 4 estão corretas;
- b) as assertivas 2, 3 e 4 estão corretas;
- c) as assertivas 1, 3 e 4 estão corretas;
- d) todas as assertivas estão corretas.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 08

No que se refere ao texto da Constituição da República, examine as alternativas seguintes:

- 1) Os serviços públicos não exclusivos da União são, exemplificativamente, os referentes às telecomunicações, navegação aérea, transporte ferroviário e aquaviário, serviço postal e energia elétrica.
- 2) O Estado favorecerá a organização da atividade garimpeira, exceto em regime de cooperativa, levando em conta a proteção do meio ambiente e a sua promoção econômico-social.
- 3) A lei disporá sobre o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, o caráter especial de seu contrato e de sua prorrogação, bem como as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão.
- 4) A lei disciplinará, com base no interesse nacional, os investimentos de capital estrangeiro, incentivará os reinvestimentos e regulará a remessa de lucros.

Marque a resposta **CORRETA**:

- a) apenas as assertivas 1 e 2 estão corretas;
- b) apenas as assertivas 1 e 4 estão corretas;
- c) apenas as assertivas 2 e 3 estão corretas;
- d) apenas as assertivas 3 e 4 estão corretas.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 09

Assinale a alternativa **CORRETA** a respeito da organização e distribuição de competência do Poder Judiciário na Constituição da República:

- a) Integram o Poder Judiciário da União: Os Tribunais Regionais Federais, o Tribunal Superior do Trabalho, o Tribunal Superior Eleitoral, o Superior Tribunal Militar e o Tribunal de Contas da União.
- b) As varas da Justiça do Trabalho devem ser criadas por lei, podendo a respectiva competência, nas comarcas não abrangidas por sua jurisdição, ser atribuída aos juízes federais, com recurso para o respectivo Tribunal Regional do Trabalho.
- c) Os crimes comuns e de responsabilidade praticados por membros do Ministério Público do Trabalho que oficiem perante tribunais serão processados e julgados originariamente perante o Superior Tribunal de Justiça.
- d) A Emenda Constitucional n. 45/2004 determinou aos Estados a obrigatoriedade de criação da Justiça Militar para processar e julgar os militares dos Estados, nos crimes militares definidos em lei.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 10

Sobre os direitos sociais dos trabalhadores estabelecidos na Constituição, analise os seguintes enunciados e a seguir responda:

- 1) A igualdade de direitos entre os trabalhadores domésticos e os trabalhadores urbanos e rurais decorreu de decisão proferida pelo STF em ação direta de inconstitucionalidade, julgada procedente em face de dispositivos da Lei Complementar que regulamentou a norma constitucional sobre trabalho doméstico.
- 2) De acordo com a jurisprudência majoritária do STF, o empregador pode negociar diretamente com comissão eleita pelos trabalhadores, sem intervenção do respectivo sindicato, a participação nos lucros ou resultados, prevista no inciso XI do art. 7º da Constituição da República.
- 3) O adolescente poderá ser contratado como aprendiz a partir dos 14 anos de idade, sendo facultativa sua inscrição no sistema de previdência social enquanto perdurar o contrato de aprendizagem.

Marque a alternativa **CORRETA**:

- a) apenas a assertiva 1 está correta;
- b) apenas as assertivas 2 e 3 estão corretas;
- c) apenas a assertiva 3 está correta;
- d) nenhuma assertiva está correta.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 11

A respeito do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), analise os seguintes enunciados:

- 1) O ADCT determinou que os territórios federais do Amapá, Roraima e Rondônia fossem transformados em Estados, bem como fosse criado o Estado de Tocantins por separação do então Estado de Goiás.
- 2) O ADCT concedeu anistia aos que, no período de 18 de setembro de 1946 até a data da promulgação da Constituição da República de 1988, foram atingidos por atos de exceção praticados pelo Estado.
- 3) O ADCT facultou aos Estados a estatização das serventias do foro judicial, assim definidas em lei, respeitados os direitos dos titulares à época da promulgação da Constituição da República.
- 4) Aos Procuradores da República investidos no cargo antes da data de promulgação da Constituição, foi facultada, pelo ADCT e nos termos de lei complementar, a opção, de forma irrevogável, entre as carreiras do Ministério Público Federal e da Advocacia-Geral da União.

Marque a alternativa **CORRETA**:

- a) apenas as assertivas 1 e 3 estão corretas;
- b) apenas as assertivas 2 e 4 estão corretas;
- c) apenas a assertiva 4 está correta;
- d) todas as assertivas estão incorretas.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 12

Sobre as funções essenciais à justiça, conforme o texto da Constituição da República, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Às Defensorias Públicas estaduais são asseguradas autonomia funcional e administrativa.
- b) As normas que disciplinam a advocacia pública determinam aos Municípios a organização de sua Procuradoria em carreira, o ingresso mediante concurso público e a estabilidade após três anos de efetivo exercício.
- c) Os Procuradores dos Estados, no exercício de suas funções, possuem independência funcional.
- d) A Defensoria Pública tem atribuição para a instauração de inquérito civil na defesa dos necessitados.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 13

Analise as seguintes assertivas e em seguida responda:

- 1) Poderá o Senado Federal ratificar ou rejeitar a decisão, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional pelo STF.
- 2) A Constituição da República não poderá ser emendada durante o período eleitoral.
- 3) As medidas cautelares requeridas em ações diretas de inconstitucionalidade podem ser, a qualquer momento, deferidas monocraticamente em caso de iminente risco de perda do objeto da tutela.

Marque a alternativa **CORRETA**:

- a) apenas a assertiva 1 está correta;
- b) apenas as assertivas 2 e 3 estão corretas;
- c) apenas a assertiva 3 está correta;
- d) todas as assertivas estão incorretas.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 14

Sobre o Poder Executivo Federal, analise as assertivas abaixo:

- 1) Substituirá o Presidente, no caso de impedimento, e suceder-lhe-á, no de vaga, o Vice-Presidente, independente do tempo de mandato do presidente impedido.
- 2) Em caso de impedimento do Presidente da República que não cumpriu metade do mandato, serão convocadas novas eleições e o Vice-Presidente assumirá o exercício da presidência até que o novo presidente eleito seja empossado.
- 3) Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal.
- 4) Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, nos dois últimos anos de mandato, far-se-á eleição indireta trinta dias depois de aberta a última vaga.

Marque a alternativa **CORRETA**:

- a) apenas a assertiva 2 está correta;
- b) apenas as assertivas 1, 3 e 4 estão corretas;
- c) apenas a assertiva 3 está correta;
- d) todas as assertivas estão corretas.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 15

Sobre a evolução histórica do constitucionalismo no Brasil, é **INCORRETO** afirmar:

- a) A Constituição de 1891 estabeleceu, pela primeira vez na história constitucional do Brasil, a possibilidade de intervenção federal nos Estados.
- b) A Constituição de 1934 assegurou o direito de voto às mulheres.
- c) A Constituição de 1946 vedou a organização, o registro ou o funcionamento de qualquer partido político ou associação, cujo programa ou ação contrarie o regime democrático.
- d) De acordo com a Constituição de 1967, a administração pública federal era representada em juízo pela Consultoria Geral da União.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 16

Analise as seguintes proposições a respeito das ações constitucionais:

- 1) A ação civil pública foi introduzida no sistema jurídico nacional por lei ordinária do direito pré-constitucional, sendo posteriormente elevada à categoria de ação constitucional pela Constituição da República de 1988, a qual ampliou os interesses que podem ser objeto de sua tutela.
- 2) A ação popular está presente no sistema jurídico brasileiro de forma contínua desde a Constituição de 1946.
- 3) O mandado de segurança coletivo pode ter como objeto interesses individuais homogêneos.
- 4) A ação popular tem como único legitimado o cidadão, assim considerado aquele registrado como eleitor no pleno gozo de seus direitos políticos, e o seu objeto é a tutela de interesses difusos.

Marque a alternativa **CORRETA**:

- a) apenas as assertivas 1, 2 e 3 estão corretas;
- b) apenas as assertivas 1 e 4 estão corretas;
- c) apenas as assertivas 2 e 4 estão corretas;
- d) todas as assertivas estão corretas.
- e) Não respondida.

DIREITOS HUMANOS

QUESTÃO 17

Sobre a evolução histórica dos direitos humanos, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) O *Bill of Rights* dos Estados Unidos da América consiste em um rol de direitos fundamentais inserido na Declaração de Independência proclamada por Thomas Jefferson em 1776, posteriormente incorporado aos Artigos da Confederação.
- b) O *Bill of Rights* dos Estados Unidos da América constitui-se de normas originárias constantes da Constituição aprovada na Convenção da Filadélfia em 1787.
- c) O *Bill of Rights* dos Estados Unidos da América foi inserido somente em 1791 na Constituição americana, sob a forma de emendas constitucionais.
- d) O *Bill of Rights* formalmente não é uma norma federal nos Estados Unidos da América, mas sim uma interpretação extensiva da Declaração de Direitos da Virgínia promovida pela jurisprudência da Suprema Corte americana.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 18

Qual das seguintes cláusulas **NÃO CONSTA** da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 proclamada durante a Revolução Francesa:

- a) A finalidade de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem. Esses direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão.
- b) Ninguém pode ser acusado, preso ou detido senão nos casos determinados pela lei e de acordo com as formas por esta prescritas. Os que solicitam, expedem, executam ou mandam executar ordens arbitrárias devem ser punidos; mas qualquer cidadão convocado ou detido em virtude da lei deve obedecer imediatamente, caso contrário torna-se culpado de resistência.
- c) Todos os homens em idade adulta e no pleno gozo de sua sanidade mental têm direito de votar e ser votado.
- d) A sociedade tem o direito de pedir contas a todo agente público pela sua administração.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 19

De acordo com a Convenção da Organização das Nações Unidas sobre as Pessoas com Deficiência, é **CORRETO** afirmar que:

- a) A Convenção foi incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro com hierarquia de norma supralegal e infraconstitucional.
- b) Com o fim de assegurar às pessoas com deficiência o efetivo acesso à justiça, os Estados-partes promoverão a capacitação apropriada daqueles que trabalham na área de administração da justiça, inclusive a polícia e os funcionários do sistema penitenciário.
- c) Os Estados-partes reconhecerão o direito das pessoas com deficiência à liberdade de movimentação, à liberdade de escolher sua residência e à nacionalidade, exceto nos casos de asilo territorial.
- d) Os Estados-partes protegerão a privacidade dos dados pessoais e dados relativos à saúde e à reabilitação de pessoas com deficiência, exceto em casos nos quais a informação seja imprescindível à segurança do Estado-parte.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 20

Um dos mais significativos avanços no âmbito da proteção aos direitos humanos dos Povos Indígenas e Tribais foi a Convenção nº 169 da OIT. Examine as seguintes assertivas a respeito da referida Convenção:

- 1) Quando os programas de formação profissional de aplicação geral existentes não atenderem às necessidades especiais dos Povos interessados, os governos poderão assegurar métodos alternativos de formação e inserção dos Povos Indígenas na sociedade.
- 2) Os serviços de saúde deverão ser organizados em nível comunitário, sem exceção. Esses serviços deverão ser planejados e administrados em cooperação com os Povos interessados e levar em conta as suas condições econômicas, geográficas, sociais e culturais.
- 3) A melhoria das condições de vida e de trabalho e do nível de saúde e educação dos Povos interessados, com a sua participação e cooperação, deverá ser prioritária nos planos de desenvolvimento econômico global das regiões onde eles moram.
- 4) Os direitos dos Povos interessados aos recursos naturais existentes nas suas terras deverão ser especialmente protegidos. Esses direitos abrangem o direito desses Povos a comercialização dos recursos mencionados.

Marque a alternativa **CORRETA**:

- a) todas as assertivas estão incorretas;
- b) apenas as assertivas 2 e 3 estão incorretas;
- c) apenas as assertivas 3 e 4 estão incorretas;
- d) apenas as assertivas 1, 2 e 4 estão incorretas.
- e) Não respondida.

DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO

QUESTÃO 21

Sobre o contrato de aprendizagem, é **INCORRETO** afirmar:

- a) Será ajustado por escrito e por prazo determinado, não superior a dois anos, salvo quando se tratar de aprendiz com deficiência.
- b) Sua validade pressupõe a anotação da CTPS, bem como o pagamento do salário mínimo hora, salvo condição mais favorável ao aprendiz.
- c) Caso o aprendiz não haja concluído o ensino fundamental, exigirá-se a sua matrícula e frequência à escola, que ficará responsável por sua formação técnico-profissional teórica.
- d) A formação técnico-profissional caracteriza-se por atividades teóricas e práticas, metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva desenvolvidas no ambiente de trabalho.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 22

Entre as formas de trabalho infantil que devem ser erradicadas pelo Brasil até 2016, consoante compromisso assumido com a OIT, **NÃO SE INCLUI**:

- a) O trabalho doméstico prestado à própria família, desde que não interfira com a escolarização da criança.
- b) O trabalho do maior de 14 anos, na condição de aprendiz, em atividade com risco para o seu desenvolvimento físico.
- c) O trabalho em estabelecimentos recreativos.
- d) O trabalho em artesanato, com movimentos repetitivos.

e) Não respondida.

QUESTÃO 23

Sob a ótica das normas da OIT, **NÃO CONSTITUI** trabalho forçado:

- a) O trabalho imposto com a finalidade de promover o desenvolvimento econômico do país.
- b) O trabalho nas prisões, imposto por determinação judicial, realizado sob a supervisão e controle de autoridade pública e executado em prol de entidades sem fins lucrativos.
- c) O trabalho de caráter não militar, prestado por força do serviço militar obrigatório.
- d) O trabalho imposto como penalidade por participação em greve ilegal.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 24

Sobre os trabalhadores portuários analise as assertivas abaixo:

- 1) Os trabalhadores portuários que operam terminal privativo fazem jus ao adicional de risco previsto em lei.
- 2) A hora noturna no regime de trabalho no porto compreendida entre dezenove horas e sete horas do dia seguinte é de cinquenta e três minutos e trinta segundos.
- 3) Para o cálculo das horas extras prestadas pelo trabalhador portuário, será observado o salário básico percebido, excluindo-se os adicionais de risco e produtividade.

Marque a alternativa **CORRETA**:

- a) todas as assertivas estão corretas;
- b) apenas as assertivas 2 e 3 estão corretas;
- c) apenas a assertiva 3 está correta;
- d) apenas as assertivas 1 e 2 estão corretas.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 25

Sobre o banco de horas, analise as seguintes assertivas:

- 1) A jurisprudência sumulada do TST admite a celebração de acordo individual com o trabalhador para a instituição do banco de horas.
- 2) Se o acordo coletivo de trabalho que instituiu o banco de horas tiver vigência de dois anos, o módulo de compensação da jornada respectivo poderá ser bienal.

3) No regime do banco de horas as jornadas totais laboradas pelos empregados em cada semana não podem ultrapassar as 44 horas.

4) Se o empregado for despedido antes do término do módulo anual de compensação e estiver com saldo negativo no banco de horas, a lei autoriza que o valor correspondente às horas não trabalhadas seja deduzido das verbas rescisórias.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) apenas as assertivas 1 e 3 estão corretas;
- b) apenas a assertiva 2 está correta;
- c) apenas a assertiva 4 está correta;
- d) nenhuma das assertivas está correta.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 26

Marque a assertiva **CORRETA**:

a) Segundo a jurisprudência atual do STF, é inconstitucional a utilização do salário mínimo como indexador de base de cálculo de vantagem trabalhista, a exemplo do adicional de insalubridade, mas, enquanto não for prevista em lei ou instrumento normativo uma nova base de cálculo para esse adicional, deve continuar sendo calculado sobre o salário mínimo, na forma do art. 192 da CLT.

b) A Norma Regulamentadora n. 5 do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) obriga a constituir Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA todas as empresas privadas e públicas, sociedades de economia mista e outras instituições que admitam trabalhadores como empregados, não alcançando os órgãos da Administração Pública direta, autárquica e fundacional.

c) O dimensionamento dos Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho – SESMT, segundo a Norma Regulamentadora n. 4 do MTE, vincula-se ao número total de empregados da empresa, no conjunto dos seus estabelecimentos situados no território nacional.

d) Segundo disposto na Norma Regulamentadora n. 9 do MTE, quando comprovada a inviabilidade técnica de adoção de medida de proteção coletiva, a primeira medida a ser adotada, em ordem de hierarquia, é a utilização de equipamentos de proteção individual (EPI).

e) Não respondida.

QUESTÃO 27

Analise as assertivas abaixo:

- 1) Ainda que desvirtuada a finalidade do contrato de estágio celebrado na vigência da Constituição da República, é inviável o reconhecimento do vínculo com ente da Administração Pública direta, sendo, porém, indevida a indenização pecuniária, exceto em relação ao pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário mínimo e dos valores referentes aos depósitos do FGTS.
- 2) A responsabilidade subsidiária da tomadora de serviços abrange as verbas não adimplidas pelo devedor principal, inclusive as verbas rescisórias, com exceção das multas previstas na CLT, por terem caráter indenizatório.
- 3) O empregado que recebe remuneração mista, ou seja, uma parte fixa e outra variável, tem direito a horas extras pelo trabalho em sobrejornada, sendo-lhe devidas, em ambas as partes, as horas simples acrescidas do adicional de horas extras.
- 4) O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica responsabilidade subsidiária do tomador de serviços quanto àquelas obrigações, ainda que ambas as empresas, tomadora de serviços e terceirizada, pertençam ao mesmo grupo econômico.

Marque a alternativa **CORRETA**:

- a) apenas as assertivas 1 e 4 estão corretas;
- b) apenas as assertivas 2 e 3 estão corretas;
- c) apenas a assertiva 1 está correta;
- d) apenas a assertiva 4 está correta.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 28

Com base na jurisprudência sumulada do TST, analise as proposições abaixo:

- 1) A ocorrência de justa causa, salvo a de abandono de emprego, no decurso do prazo do aviso prévio dado pelo empregador, não retira do empregado direito às verbas rescisórias de natureza indenizatória.
- 2) A habitação, a energia elétrica e o veículo fornecidos pelo empregador ao empregado, quando indispensáveis para a realização do trabalho, têm natureza salarial, ainda que, no caso de veículo, seja ele utilizado pelo empregado também em atividades particulares.
- 3) Tem direito ao adicional de periculosidade o empregado exposto permanentemente, ou de forma habitual, ainda que a exposição se dê por tempo extremamente reduzido, ou

ainda que, de forma intermitente, sujeita-se a condições de risco. Indevido, apenas, quando o contato dá-se de forma eventual, assim considerado o fortuito.

4) É bancário o empregado de empresa de processamento de dados que presta serviço a banco integrante do mesmo grupo econômico, exceto quando a empresa de processamento de dados presta serviços a banco e a empresas não bancárias do mesmo grupo econômico ou a terceiros.

De acordo com as assertivas propostas, marque a alternativa **CORRETA**:

- a) apenas a assertiva 3 está correta;
- b) apenas as assertivas 3 e 4 estão corretas;
- c) apenas a assertiva 4 está correta;
- d) todas as assertivas estão corretas.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 29

Marque a opção **INCORRETA**:

- a) Num mesmo estabelecimento de ensino não poderá o professor ministrar, por dia, mais de 4 (quatro) aulas consecutivas, nem mais de 6 (seis) aulas intercaladas.
- b) Aos professores é vedado, aos domingos, a regência de aulas e o trabalho em exames.
- c) No período de férias escolares não se poderá exigir dos professores qualquer tipo de serviço.
- d) Não será permitido o funcionamento do estabelecimento particular de ensino que não pague pontualmente a remuneração de cada mês.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 30

A respeito da prescrição é **CORRETO** afirmar:

- a) O prazo prescricional para reclamar férias inicia na data em que o empregador se recusa a concedê-las.
- b) Segundo o STF, é trintenária a prescrição do direito de reclamar contra o não recolhimento da contribuição para o FGTS, observado o prazo de 2 (dois) anos após o término do contrato de trabalho.
- c) Da extinção do último contrato começa a fluir o prazo prescricional do direito de ação em que se objetiva a soma de períodos descontínuos de trabalho.

- d) A prescrição começa a fluir na data do pagamento do aviso prévio indenizado.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 31

Leia e analise as assertivas abaixo:

- 1) A prorrogação do horário normal de trabalho da mulher deve ser precedida de intervalo de 15 (quinze) minutos no mínimo.
- 2) Por acordo individual de trabalho, o empregador poderá instituir a jornada de 8 (oito) horas diárias para os turnos ininterruptos de revezamento.
- 3) É possível instituir jornada inferior à legal por contrato coletivo celebrado entre a central sindical com confederação patronal para a sua base de representação.
- 4) Poderá haver prorrogação da jornada legal ou contratual para atendimento de necessidade imperiosa, desde que haja acordo ou convenção coletivos de trabalho e aviso à autoridade competente em 10 (dez) dias.

Marque a alternativa **CORRETA**:

- a) apenas a assertiva 1 está correta;
- b) apenas as assertivas 2 e 3 estão corretas;
- c) apenas as assertivas 1 e 4 estão incorretas;
- d) todas as assertivas estão incorretas.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 32

No que se refere ao trabalho do adolescente, analise as assertivas abaixo:

- 1) Ainda que relativamente incapaz, o adolescente que completar 14 (catorze) anos pode celebrar contrato de trabalho típico, desde que a atividade não seja insalubre.
- 2) A partir da regulamentação da Convenção n. 182 da OIT, o trabalho externo de adolescente como “office boy” foi incluído entre as piores formas de trabalho infantil.
- 3) O adolescente somente poderá trabalhar em peças teatrais desde que autorizado judicialmente e observados os requisitos da Convenção n. 138 da OIT.
- 4) O adolescente não pode ter sua jornada de trabalho legal prorrogada, ainda que para a conclusão de serviços inadiáveis.

Marque a alternativa **CORRETA**:

- a) apenas a assertiva 1 está incorreta;
- b) apenas as assertivas 2 e 3 estão incorretas;

- c) apenas as assertivas 1 e 4 estão incorretas;
- d) todas as assertivas estão corretas.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 33

A partir da promulgação da Emenda Constitucional n. 72 o trabalhador doméstico obteve, independente de regulamentação, a equiparação aos trabalhadores urbanos e rurais quanto aos seguintes direitos:

- a) Seguro contra acidente de trabalho.
- b) Seguro desemprego e adicional noturno.
- c) Piso salarial e salário-família.
- d) Horas extras e proteção do salário contra sua retenção dolosa.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 34

Tendo em vista as condições especiais de trabalho previstas na legislação trabalhista, assinale a assertiva **CORRETA**:

- a) O trabalho realizado em minas e subsolos somente poderá ser prorrogado por acordo coletivo de trabalho, até o limite de 8 (oito) horas diárias ou 48 (quarenta e oito) semanais.
- b) Em se tratado de trabalhador ferroviário, as horas destinadas a descanso e alimentação no decorrer da jornada de trabalho serão sempre computadas como de efetiva jornada.
- c) O empregado vendedor viajante não poderá permanecer em viagem por tempo superior a 6 (seis) meses consecutivos.
- d) O trabalhador nas atividades de exploração, perfuração, produção e refinação de petróleo poderá trabalhar em regime de revezamento em turno de 8 (oito) horas, não podendo ser-lhe exigida a disponibilidade, no local de trabalho, durante o intervalo destinado a repouso e alimentação.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 35

Conforme a jurisprudência sumulada do TST, é **CORRETO** afirmar:

- a) Para fins de equiparação salarial, a expressão “mesma localidade” de que trata o artigo 461, *caput*, restringe-se ao mesmo município.
- b) Somente será assegurada a estabilidade provisória ao empregado dirigente sindical, quando a comunicação do registro da candidatura ou da eleição e da posse for realizada dentro do prazo previsto no art. 543, § 5º, da CLT.
- c) O empregado apenas terá direito à participação dos lucros e resultados se houver trabalhado durante toda a vigência do acordo coletivo de trabalho que instituiu essa vantagem.
- d) O empregado acidentado, submetido a contrato de trabalho por tempo determinado, goza da estabilidade provisória prevista no art. 118 da Lei n. 8213/91, pelo período de 12 (doze) meses, após a cessação do auxílio-doença acidentário.
- e) Não respondida.

DIREITO COLETIVO DO TRABALHO

QUESTÃO 36

Pode-se afirmar que o Sindicalismo brasileiro carece de liberdade sindical plena porque:

- 1) A Constituição da República veda a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial.
- 2) A legislação infraconstitucional exige o registro das entidades sindicais no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.
- 3) Trabalhadores e empregadores contribuem compulsoriamente para o custeio de suas entidades sindicais representativas.
- 4) Ainda não houve a regulamentação do art. 11 da Constituição da República, que estabelece a organização por local de trabalho.

Considerando os enunciados acima, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) as assertivas 1 e 2 estão corretas;
- b) as assertivas 2 e 3 estão corretas;
- c) as assertivas 1 e 4 estão corretas;
- d) as assertivas 1 e 3 estão corretas.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 37

Em relação às centrais sindicais (órgãos de cúpula do movimento sindical obreiro e legalmente reconhecidas em nosso ordenamento jurídico), considere as seguintes assertivas:

- 1) Após a edição da Lei n. 11.648, de 2008, as Centrais Sindicais detêm a prerrogativa de celebrar convenção coletiva de trabalho para a categoria representada.
- 2) Desde que preenchidos os requisitos mínimos de representatividade, como a filiação de sindicatos em 5 (cinco) setores de atividade econômica, as Centrais Sindicais participam do rateio da contribuição sindical compulsória.
- 3) Uma vez deferido o registro no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), as Centrais Sindicais podem propor ação direta de inconstitucionalidade.
- 4) As Centrais Sindicais detêm legitimidade ativa para apresentar denúncia perante o Comitê de Liberdade Sindical do Conselho de Administração da OIT diante de prática antissindical de empregador de sua base de representação.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) apenas as assertivas 1 e 3 estão corretas;
- b) apenas as assertivas 2 e 4 estão corretas;
- c) apenas as assertivas 1 e 4 estão corretas;
- d) apenas as assertivas 2 e 3 estão corretas.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 38

No que se refere à negociação coletiva, é **INCORRETO** afirmar que:

- a) A ratificação da Convenção n. 151 da OIT sobre o Direito de Sindicalização e Relações de Trabalho na Administração Pública estabelece a obrigatoriedade de negociação coletiva em todo o setor público brasileiro.
- b) A Convenção n. 154 da OIT sobre o Fomento à Negociação Coletiva destina-se a todos os ramos da atividade econômica, facultando aos Estados-membros a sua aplicação às forças armadas e à polícia.
- c) A Convenção n. 98 da OIT sobre o Direito de Sindicalização e de Negociação Coletiva não se aplica aos funcionários públicos a serviço do Estado.
- d) A Convenção n. 141 da OIT sobre as Organizações de Trabalhadores Rurais não prevê expressamente o direito à negociação coletiva dos rurícolas.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 39

Leia e analise as assertivas abaixo, face o disposto na Constituição da República e na Lei de Greve:

- 1) Recusando-se as partes à negociação coletiva ou à arbitragem, é facultado a qualquer delas ajuizar dissídio coletivo de natureza econômica, devendo a Justiça do Trabalho decidir o conflito, respeitadas as disposições mínimas legais de proteção ao trabalho, bem como as convencionadas anteriormente.
- 2) Em caso de greve em atividade essencial, com possibilidade de lesão do interesse público, o Ministério Público do Trabalho poderá ajuizar dissídio coletivo, competindo à Justiça do Trabalho decidir o conflito.
- 3) Frustrada a negociação coletiva, as partes poderão eleger árbitros.
- 4) Constitui abuso do direito de greve a manutenção da paralisação após a instauração de dissídio coletivo de greve pelo Ministério Público do Trabalho.

Marque a alternativa **CORRETA**:

- a) somente as assertivas 1 e 4 estão incorretas;
- b) somente as assertivas 3 e 4 estão incorretas;
- c) somente as assertivas 2 e 3 estão incorretas;
- d) todas as assertivas estão incorretas.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 40

Marque a assertiva **INCORRETA**:

- a) Ao julgar ou homologar ação coletiva ou acordo nela havido, o TST exerce o poder normativo constitucional, não podendo criar ou homologar condições de trabalho que o STF julgue iterativamente inconstitucionais.
- b) A jurisprudência predominante do TST adota a teoria da ultratividade relativa das normas coletivas.
- c) Segundo a jurisprudência firmada pelo TST, a sentença normativa vigora, desde seu termo inicial até que sentença normativa, convenção coletiva de trabalho ou acordo coletivo de trabalho superveniente produza sua revogação, expressa ou tácita, independente de prazo de vigência.
- d) A Central Sindical não pode ajuizar dissídio coletivo, ainda que em defesa de trabalhadores integrantes de categoria profissional inorganizada.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 41

Analise as seguintes assertivas:

- 1) Segundo a jurisprudência do TST, o registro da candidatura do empregado a cargo de dirigente sindical durante o período de aviso prévio, ainda que indenizado, não lhe assegura a estabilidade.
- 2) O dirigente sindical não pode ser transferido para lugar que dificulte o exercício de suas funções sindicais, mas, se for transferido e a isso não se opuser, incorrerá em renúncia tácita ao mandato sindical.
- 3) Conforme o TST, o empregado eleito representante dos trabalhadores, na empresa com mais de 200 (duzentos) empregados, na forma do art. 11 da Constituição da República, goza das mesmas garantias legais destinadas pelo art. 543 da CLT aos representantes sindicais, inclusive a estabilidade provisória e inamovibilidade.
- 4) Na empresa onde houver representante eleito pelos trabalhadores, na forma do art. 11 da Constituição da República, a ele incumbirá com prioridade exercer a representação dos trabalhadores perante o sindicato da respectiva categoria econômica, inclusive para efeito de celebração de acordo coletivo de trabalho.

Marque a alternativa **CORRETA**:

- a) todas as assertivas são corretas;
- b) somente a assertiva 4 é incorreta;
- c) somente a assertiva 2 é incorreta;
- d) as assertivas 1 e 3 são incorretas.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 42

Sobre o instituto da arbitragem assinala a alternativa **INCORRETA**:

- a) É obrigatória a arbitragem, impondo-se à vontade das partes, sempre que resultar de estipulação em cláusula compromissória.
- b) Arbitragem facultativa é aquela eleita pelas partes, após instalado o conflito, por meio da celebração de compromisso arbitral, podendo ser judicial ou extrajudicial.
- c) As relações obrigacionais inerentes ao contrato de trabalho suspenso no curso da greve podem ser regidas por laudo arbitral, caso as partes em conflito, frustrada a negociação coletiva, queiram adotar a arbitragem como método de solução do conflito.

d) Havendo conflito coletivo em relação à participação nos lucros e resultados, as partes não poderão utilizar a arbitragem por ofertas finais, uma vez que o árbitro poderá decidir por equidade.

e) Não respondida.

QUESTÃO 43

Assinale a alternativa **CORRETA**:

a) O Brasil, como não ratificou a Convenção 87 da OIT sobre liberdade sindical, não se sujeita ao controle feito pelo Comitê de Liberdade Sindical daquela instituição internacional.

b) Os órgãos da OIT não possuem preferência pela pluralidade sindical em detrimento da unidade sindical.

c) De acordo com o entendimento prevalecente nos órgãos da OIT, o direito de greve não integra o direito de liberdade sindical, considerando a falta de previsão expressa nas convenções da OIT.

d) Os instrumentos de sanção previstos na Constituição da OIT pelo descumprimento de convenções internacionais ratificadas pelo Estado-membro são prioritariamente de ordem econômica.

e) Não respondida.

QUESTÃO 44

Analise as assertivas abaixo:

1) Segundo a jurisprudência, as empresas públicas não estão autorizadas a realizar acordo coletivo de trabalho, porque a Constituição da República não incluiu entre os direitos dos servidores públicos o reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho;

2) O direito constitucional de sindicalização do servidor público estatutário possui eficácia direta e imediata, não dependendo de autorização legislativa para o seu exercício;

3) O direito fundamental de liberdade sindical é oponível apenas contra o Estado, de modo que eventuais práticas antissindicais pelos empregadores dependem de previsão expressa na legislação para serem coibidas;

4) O *princípio da adequação setorial negociada* refere-se ao elemento subjetivo da negociação, ou seja, a abrangência da categoria de trabalhadores afetados pelos instrumentos normativos resultantes da negociação, independentemente do conteúdo estipulado.

Marque a alternativa **CORRETA**:

- a) apenas a assertiva 2 está correta;
- b) apenas as assertivas 2 e 4 estão corretas;
- c) apenas as assertivas 1 e 2 estão corretas;
- d) apenas as assertivas 3 e 4 estão corretas.
- e) Não respondida.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

QUESTÃO 45

Tendo em vista a legislação e a jurisprudência consolidada do TST, é **INCORRETO** afirmar:

- a) Viola o art. 100 da Constituição da República a decisão que mantém a penhora realizada em bens de pessoa jurídica de direito privado anteriormente à sucessão pela União ou por Estado-membro.
- b) É cabível na esfera trabalhista a penhora da cédula rural pignoratícia ou hipotecária.
- c) É válida a penhora feita em dinheiro do executado, em execução definitiva, ainda que nomeados outros bens à penhora.
- d) O bem de família é impenhorável, considerando-se nessa impenhorabilidade o imóvel sobre o qual se assentam a construção, as plantações, as benfeitorias de qualquer natureza e todos os equipamentos, inclusive os de uso profissional.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 46

Considerando a jurisprudência consolidada do TST, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Admite-se o sequestro de verbas públicas para satisfação de precatório trabalhista na hipótese de preterição do direito de precedência do credor, devidamente demonstrado, equiparando-se a esta a não inclusão da despesa no orçamento e o não pagamento do precatório, quando incluído no orçamento, até o final do exercício.
- b) Em se tratando de dirigente sindical, detentor da estabilidade provisória, não cabe mandado de segurança para sua suspensão até decisão final do inquérito instaurado para apuração de falta grave a ele imputada.
- c) É cabível ação rescisória contra decisão que declara extinta a execução, nos termos dos arts. 794 e 795 do CPC.

- d) Para efeito da ação rescisória, há necessidade de prequestionamento explícito quando a decisão prolatada pelo Tribunal, em sede de remessa necessária, limita-se a manter a sentença.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 47

Analise as assertivas abaixo:

- 1) Oposta exceção de incompetência, é vedado à parte arguir conflito de jurisdição.
- 2) No procedimento de rito sumaríssimo, todos os incidentes e exceções que possam interferir no prosseguimento da audiência e do processo serão decididas de plano, salvo a exceção de incompetência.
- 3) As nulidades deverão ser arguidas pelas partes na primeira vez em que tiverem de falar em audiência ou nos autos, sob pena de preclusão, não cabendo sua declaração *ex officio*.
- 4) O preposto da empresa deve ser, obrigatoriamente, seu empregado, exceto na hipótese de reclamação de empregado doméstico ou reclamação contra micro e pequeno empresário.

Marque a alternativa **CORRETA**:

- a) as assertivas 1 e 3 estão corretas;
- b) as assertivas 2 e 4 estão corretas;
- c) as assertivas 1 e 4 estão corretas;
- d) apenas a assertiva 4 está correta.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 48

Assinale a alternativa **INCORRETA** consoante o entendimento sumular do TST:

- a) Não cabe mandado de segurança de decisão judicial transitado em julgado.
- b) A alçada é fixada pelo valor dado à causa na data de seu ajuizamento, desde que não impugnado, sendo inalterável no curso do processo.
- c) A prova pré-constituída nos autos pode ser levada em conta para confronto com a confissão ficta, implicando cerceamento de defesa o indeferimento de provas posteriores.
- d) Em mandado de segurança, somente cabe “remessa ex officio”, se, na relação processual, figurar pessoa jurídica de direito público como parte prejudicada pela

concessão da ordem; tal situação não ocorre na hipótese de figurar no feito como impetrante e terceiro interessado pessoa jurídica de direito privado, ressalvada a hipótese de matéria administrativa.

e) Não respondida.

QUESTÃO 49

Analise as proposições abaixo discriminadas, consoante a jurisprudência uniforme do TST sobre a ação de cumprimento:

1) Falta interesse de agir para a ação individual, singular ou plúrima, quando o direito já foi reconhecido através de decisão normativa, cabendo, no caso, ação de cumprimento.

2) A coisa julgada produzida na ação de cumprimento é atípica, pois dependente de condição resolutiva, ou seja, da não modificação da decisão normativa por eventual recurso. Assim, modificada a sentença normativa pelo TST, com a conseqüente extinção do processo, sem julgamento do mérito, deve-se extinguir a execução em andamento, uma vez que a norma sobre a qual se apoiava o título exequendo deixou de existir no mundo jurídico.

3) O prazo de prescrição com relação à ação de cumprimento de decisão normativa flui apenas da data do seu trânsito em julgado.

Marque a alternativa **CORRETA**:

- a) apenas as assertivas 1 e 2 estão corretas;
- b) apenas as assertivas 2 e 3 estão corretas;
- c) apenas as assertivas 1 e 3 estão corretas;
- d) todas as assertivas estão corretas.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 50

Analise as proposições abaixo discriminadas sobre os recursos no processo do trabalho e responda:

1) O recurso ordinário somente será recebido no seu efeito devolutivo, sendo admitido pela jurisprudência uniforme do TST, o uso de mandado de segurança para se obter efeito suspensivo a recurso, sendo necessário a configuração dos elementos aptos a ensejar o provimento pleiteado.

2) Os Tribunais Regionais, divididos em Turmas, não podem designar Turma específica para o julgamento dos recursos ordinários interpostos das sentenças prolatadas nas demandas sujeitas ao procedimento sumaríssimo.

3) O recurso de revista pode ser considerado como um recurso técnico, com pressupostos rígidos de admissibilidade, não se destinando a apreciar fatos e provas, sendo cabível em face de acórdão regional prolatado em agravo de instrumento.

4) No julgamento de agravo de instrumento, ao afastar o óbice apontado pelo TRT para o processamento do recurso de revista, a jurisprudência uniforme do TST entende que não pode o juízo *ad quem* prosseguir no exame dos demais pressupostos extrínsecos e intrínsecos do recurso de revista que não foram apreciados pelo TRT.

Marque a alternativa **CORRETA**:

- a) todas as assertivas estão incorretas;
- b) apenas as assertivas 1, 2 e 3 estão incorretas;
- c) apenas as assertivas 2, 3 e 4 estão incorretas;
- d) apenas as assertivas 1 e 3 estão incorretas.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 51

Marque a opção **INCORRETA**:

- a) É válido o substabelecimento de advogado investido de mandato tácito.
- b) A existência de instrumento de mandato apenas nos autos de agravo de instrumento, ainda que em apenso, não legitima a atuação de advogado nos processos de que se originou o agravo.
- c) Válido é o instrumento de mandato com prazo determinado que contém cláusula estabelecendo a prevalência dos poderes para atuar até o final da demanda.
- d) São válidos os atos praticados pelo substabelecido, ainda que não haja, no mandato, poderes expressos para substabelecer.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 52

Analisar as seguintes assertivas:

- 1) A indicação do perito assistente é faculdade da parte, a qual deve responder pelos respectivos honorários, ainda que vencedora no objeto da perícia.

2) É ilegal a exigência de depósito prévio para custeio dos honorários periciais, dada a incompatibilidade com o processo do trabalho, sendo cabível o mandado de segurança visando à realização da perícia, independentemente do depósito.

3) A União é responsável pelo pagamento dos honorários de perito quando a parte sucumbente no objeto da perícia for beneficiária da assistência judiciária gratuita.

4) No caso de sucumbência recíproca no objeto da perícia os honorários periciais serão calculados pró-rata.

Marque a alternativa **CORRETA**:

- a) todas as assertivas estão incorretas;
- b) somente as assertivas 2 e 3 estão incorretas;
- c) somente a assertiva 4 está incorreta;
- d) somente a assertiva 1 está incorreta.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 53

Acerca dos prazos processuais é **INCORRETO** afirmar:

- a) Incumbe à parte o ônus de provar, quando da interposição do recurso, a existência de feriado local que autorize a prorrogação do prazo recursal.
- b) Intimada ou notificada a parte no sábado, o início do prazo se dará no primeiro dia útil imediato e a contagem, no dia subsequente.
- c) O recesso forense e as férias coletivas dos Ministros do TST suspendem os prazos recursais.
- d) Aplica-se no processo do trabalho, inclusive nos processos eletrônicos, a duplicação dos prazos processuais quando os litisconsortes tenham advogados distintos.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 54

Marque a alternativa **INCORRETA** sobre competência para processamento e julgamento da ação civil pública:

- a) A competência fixa-se pela extensão do dano.
- b) Se a extensão do dano a ser reparado limitar-se ao âmbito regional, a competência é de uma das Varas do Trabalho da capital do Estado.

- c) Em caso de dano de abrangência suprarregional ou nacional, há competência concorrente das Varas do Trabalho das sedes dos Tribunais Regionais do Trabalho.
- d) Estará prevento o juízo a que a primeira ação houver sido distribuída.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 55

Considerando que por ocasião da admissibilidade do recurso de revista no TST foram constatadas decisões atuais e conflitantes no TRT de origem, com o mesmo tema objeto da revista, o Ministro Relator no TST deverá, conforme previsão legal:

- a) Determinar o sobrestamento do recurso e oficiar o TRT de origem para promover a uniformização da jurisprudência, cuja súmula aprovada ou tese prevalecente será aplicada pelo Ministro Relator ao recurso sobrestado, se não contrariar súmula ou orientação jurisprudencial do TST.
- b) Denegar seguimento ao recurso de revista.
- c) Cassar a decisão e determinar o retorno dos autos ao TRT de origem, para que uniformize a sua jurisprudência, após o que o órgão fracionário daquele TRT proferirá nova decisão, de acordo com a súmula ou tese prevalecente resultante do julgamento da uniformização.
- d) Determinar o retorno dos autos ao TRT de origem a fim de que proceda a uniformização da jurisprudência.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 56

Sobre o cabimento do recurso de revista, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Cabe recurso de revista por violação a lei federal, por divergência jurisprudencial e por ofensa à Constituição da República nas execuções fiscais e nas controvérsias da fase de execução que envolvam a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- b) Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, somente será admitido recurso de revista por contrariedade a orientação jurisprudencial e súmula de jurisprudência uniforme do TST ou a súmula vinculante do STF e por violação direta da Constituição da República.
- c) É cabível recurso de revista, dentre outras hipóteses, quando a decisão recorrida diverge de decisão da Subseção I de Dissídios Individuais, Subseção II de Dissídios Individuais e do Pleno do TST.

d) É cabível recurso de revista, dentre outras hipóteses, quando a decisão recorrida de um TRT contrariar súmula ou tese resultantes de julgamento da uniformização de jurisprudência de outro TRT.

e) Não respondida.

QUESTÃO 57

Considerando a hipótese de ex-empregado que ajuíza reclamação trabalhista e seus pedidos sejam julgados totalmente improcedentes, com custas fixadas sobre o valor atribuído à causa, analise as assertivas abaixo, de acordo com a jurisprudência uniforme do TST:

1) Caso o reclamante seja beneficiário da Justiça gratuita, estará isento de recolher as custas para o conhecimento de seu recurso ordinário e, em sendo provido, com inversão do ônus da sucumbência, a reclamada deverá recolher as custas fixadas na sentença originária, independentemente de intimação, para o conhecimento de seu recurso de revista.

2) Caso o reclamante não tenha obtido os benefícios da justiça gratuita e o recolhimento das custas em razão da interposição de seu recurso ordinário não incluir os centavos, ele deverá ser intimado para complementar o valor que, se não providenciado, acarreta a deserção do recurso.

3) Caso o reclamante não tenha obtido os benefícios da justiça gratuita, havendo inversão do ônus da sucumbência em razão do provimento de seu recurso ordinário, com as custas devidamente recolhidas, sem que tenha havido acréscimo ou atualização em seu valor, a reclamada deverá recolher o valor integral das custas no prazo do recurso de revista, para que este não ser considerado deserto.

4) Caso o reclamante não tenha obtido os benefícios da justiça gratuita, a guia de recolhimento das custas, com o valor correto, apresentada por ocasião da interposição de seu recurso ordinário, sem autenticação mecânica, mas com o carimbo recebedor do banco, deve ser considerada apta para a comprovação do preparo.

Marque a alternativa **CORRETA**:

- a) as assertivas 1 e 4 estão corretas;
- b) as assertivas 1, 3 e 4 estão corretas;
- c) as assertivas 2 e 4 estão corretas;
- d) as assertivas 1, 2 e 3 estão corretas.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 58

Em ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho, postulando obrigação de pagar salários vencidos e a integralidade dos salários vincendos de todos os empregados de uma empresa, até o quinto dia útil do mês seguinte, sob pena de multa diária, além do dano moral coletivo, uma vez que foi detectado, em vários meses, o pagamento dos salários em valor inferior ao devido, analise as assertivas seguintes:

- 1) Se os pedidos forem julgados improcedentes por insuficiência de provas, o Ministério Público do Trabalho estará impossibilitado de ajuizar futura ação nesse sentido, baseada em novas provas, considerando que só os demais legitimados poderão fazê-lo.
- 2) Se o pedido de pagamento de salários vencidos for julgado improcedente, os empregados da empresa ré, inclusive os que participaram do processo como litisconsortes, ficam impossibilitados de ajuizar ações individuais para deduzir idêntico pedido.
- 3) Se o pedido de salário vencido for julgado procedente, os empregados da empresa podem, sem necessidade de ajuizar reclamações trabalhistas para discutir o direito de cada um, liquidar e executar, com base no provimento da ação civil pública, as diferenças salariais resultantes do descumprimento pela empresa do pagamento integral dos salários.
- 4) Eventual condenação em dano moral coletivo, destinada ao fundo previsto em lei, não afasta a possibilidade de as vítimas postularem dano moral individual em decorrência do não pagamento integral dos salários.

Marque a alternativa **CORRETA**:

- a) apenas as assertivas 1 e 3 estão corretas;
- b) apenas as assertivas 2 e 4 estão corretas;
- c) apenas as assertivas 3 e 4 estão corretas;
- d) apenas as assertivas 1 e 4 estão corretas.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 59

Em ação trabalhista ajuizada, foi concedida a antecipação dos efeitos da tutela antes da realização de audiência. De acordo com a jurisprudência uniforme do TST, assinale a alternativa **CORRETA** que contenha a medida que pode ser adotada pelo réu:

- a) Interpor imediatamente recurso ordinário e ação cautelar visando conferir efeito suspensivo ao recurso.
- b) Impetrar mandado de segurança, demonstrando por meio de prova pré-constituída que não se fazem presentes os requisitos previstos em lei para a antecipação da tutela.

- c) Interpor agravo de instrumento por se tratar de decisão interlocutória, cumulado com pedido de efeito suspensivo ao recurso.
- d) Como a tutela antecipada permite o cumprimento imediato da decisão, o recurso cabível é o previsto para a fase de execução, ou seja, o agravo de petição.
- e) Não respondida.

DIREITO CIVIL

QUESTÃO 60

Quanto ao negócio jurídico, é **CORRETO** afirmar que:

- a) Será nulo quando a manifestação de vontade emanar de erro essencial sobre o pacto que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal.
- b) Será nulo quando celebrado por pessoa capaz, possuir motivo determinante ilícito relativo a uma das partes.
- c) Não é suscetível de confirmação, nem convalesce pelo decurso do tempo.
- d) Será nulo quando decorrente de coação, estado de perigo, lesão ou fraude contra credores.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 61

Assinale a alternativa **CORRETA** consoante o Código Civil:

- a) A impossibilidade inicial do objeto invalida o negócio jurídico se for relativa, ou se cessar antes de realizada a condição a que ele estiver subordinado.
- b) São lícitas, em geral, todas as condições não contrárias à lei, à ordem pública ou aos bons costumes; entre as condições defesas se incluem as que privarem de todo efeito o negócio jurídico, ou o sujeitarem ao puro arbítrio de uma das partes.
- c) O encargo não suspende a aquisição nem o exercício do direito, ainda que expressamente imposto no negócio jurídico, pelo disponente, como condição suspensiva.
- d) Nos negócios jurídicos bilaterais, o silêncio intencional de uma das partes a respeito de fato ou qualidade que a outra parte haja ignorado, não constitui omissão dolosa, ainda que se prove que sem ela o negócio não se teria celebrado.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 62

Em relação aos contratos, analise as assertivas abaixo:

- 1) Nos contratos de execução continuada ou diferida, se a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa, com extrema vantagem para a outra, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, poderá o devedor pedir a resolução do contrato. Os efeitos da sentença que a decretar retroagirão à data em que ocorrer a onerosidade excessiva.
- 2) Se, na venda de um imóvel, se estipular o preço por medida de extensão (venda *ad mensuram*), ou se determinar a respectiva área, e esta não corresponder, em qualquer dos casos, às dimensões dadas, o comprador terá o direito de exigir o complemento da área, e, não sendo isso possível, o de reclamar a resolução do contrato, não havendo possibilidade de requerer o abatimento proporcional ao preço.
- 3) No contrato de prestação de serviços, quando qualquer das partes não souber ler, nem escrever, o instrumento deverá ser assinado a rogo e subscrito por duas testemunhas.
- 4) Não sendo a venda a crédito, o vendedor é obrigado a entregar a coisa antes de receber o preço.

De acordo com as assertivas propostas, é **CORRETO** afirmar que:

- a) apenas as assertivas 1, 2 e 4 estão incorretas;
- b) apenas as assertivas 2, 3 e 4 estão incorretas;
- c) apenas as assertivas 1 e 2 estão incorretas;
- d) todas as assertivas estão incorretas.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 63

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Salvo previsão expressa em lei, os direitos de personalidade são intransmissíveis e inalienáveis, estando sujeitos apenas às limitações voluntárias.
- b) Os empregados podem participar de propaganda comercial do empregador, sem consentimento expresso, considerando os efeitos anexos do contrato de trabalho.
- c) A divulgação de escritos de autoria de terceiro para fins comerciais pode ser proibida, a requerimento deste, sem prejuízo da indenização cabível.
- d) Pessoa acometida de doença grave pode ser submetida sem seu consentimento a realizar intervenção cirúrgica urgente, de acordo com critérios médicos.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 64

Acerca das disposições sobre associações no Código Civil, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Os associados devem ter direitos iguais, mas o estatuto poderá instituir categoria com vantagem especial.
- b) A exclusão de associado é feita de acordo com os estatutos, que é soberano para estabelecer o procedimento que entender adequado.
- c) Compete privativamente à assembleia geral, especialmente convocada para esse fim, destituir os administradores.
- d) Nenhum associado poderá ser impedido de exercer direito ou função que lhe tenha sido legitimamente conferido, a não ser nos casos e pela forma previstos na lei ou no estatuto.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 65

Analise as assertivas abaixo:

- 1) O devedor incorre de pleno direito na cláusula penal, desde que, dolosamente, deixe de cumprir a obrigação ou se constitua em mora.
- 2) O empregador é responsável pela reparação civil dos atos que seus empregados praticarem no exercício ou em razão do trabalho, desde que configurada a culpa dos trabalhadores.
- 3) Quando a violação ou ofensa a direito tiver mais de um autor, todos responderão solidariamente pela reparação.
- 4) Se o devedor pagar ao credor, apesar de intimado da penhora feita sobre o crédito, ou da impugnação a ele oposta por terceiros, o pagamento não valerá contra estes, que poderão constranger o devedor a pagar de novo, ficando-lhe ressalvado o regresso contra o credor.

Marque a alternativa **CORRETA**:

- a) apenas as assertivas 3 e 4 estão corretas;
- b) apenas as assertivas 1 e 3 estão corretas;
- c) apenas as assertivas 2 e 4 estão corretas;
- d) apenas as assertivas 1 e 2 estão corretas.
- e) Não respondida.

DIREITO EMPRESARIAL

QUESTÃO 66

Analise as assertivas abaixo:

- 1) O empresário casado pode, sem necessidade de outorga conjugal, qualquer que seja o regime de bens, alienar os imóveis que integrem o patrimônio da empresa ou gravá-los de ônus real.
- 2) Nas sociedades simples, o sócio pode ser substituído no exercício das suas funções, sem o consentimento dos demais sócios.
- 3) Na sociedade em comandita simples, sem prejuízo da faculdade de participar das deliberações da sociedade e de lhe fiscalizar as operações, não pode o comanditário praticar qualquer ato de gestão, nem ter o nome na firma social, sob pena de ficar sujeito às responsabilidades de sócio comanditado.
- 4) Nas sociedades limitadas não se admite a designação de administrador não sócio.

Marque a alternativa **CORRETA**:

- a) Apenas as assertivas 1 e 4 estão corretas;
- b) Apenas as assertivas 2 e 3 estão corretas;
- c) Apenas as assertivas 1 e 3 estão corretas;
- d) Apenas as assertivas 2 e 4 estão corretas.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 67

Sobre a empresa individual de responsabilidade limitada é **INCORRETO** afirmar:

- a) A empresa individual de responsabilidade limitada será constituída por uma única pessoa titular da totalidade do capital social, devidamente integralizado, que não será inferior a 100 (cem) vezes o maior salário-mínimo vigente no país.
- b) A empresa individual de responsabilidade limitada poderá empregar no máximo 20 (vinte) empregados.
- c) A pessoa natural que constituir empresa individual de responsabilidade limitada somente poderá figurar em uma única empresa dessa modalidade.
- d) A empresa individual de responsabilidade limitada também poderá resultar da concentração das quotas de outra modalidade societária num único sócio, independentemente das razões que motivaram tal concentração.
- e) Não respondida.

REGIME JURÍDICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

QUESTÃO 68

Analise as seguintes assertivas sobre o Ministério Público na Constituição da República:

- 1) O Presidente da República possui legitimação concorrente com o Procurador-Geral da República para propor projeto de lei sobre a organização do Ministério Público da União, mas, por força da autonomia administrativa constitucionalmente garantida ao órgão, é privativa do Procurador-Geral da República a iniciativa de lei para a criação de cargos de membros e servidores no âmbito do MPU.
- 2) Conforme previsão constitucional, o Procurador-Geral da República é nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.
- 3) É atribuição constitucional do Procurador-Geral da República, na qualidade de chefe do Ministério Público da União, nomear o Procurador-Geral do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, dentre integrantes da carreira que figurem em lista tríplice formada pelos membros do respectivo ramo.
- 4) No âmbito federal, o Procurador-Geral da República possui legitimação concorrente para o ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade, mas é exclusiva sua legitimação para propor a ação direta de inconstitucionalidade interventiva.

Marque a alternativa **CORRETA**:

- a) todas as assertivas são corretas;
- b) apenas a assertiva 3 é incorreta;
- c) apenas as assertivas 1 e 4 são corretas;
- d) todas as assertivas são incorretas.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 69

Marque a alternativa **INCORRETA**:

- a) A Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho é um órgão de coordenação, de integração e de revisão do exercício funcional na instituição.
- b) O Ministério Público Eleitoral não constitui ramo autônomo do Ministério Público, dotado de autonomia administrativa, financeira e orçamentária, sendo que as funções eleitorais do Ministério Público Federal perante os juízes e juntas eleitorais serão exercidas pelo promotor eleitoral.

c) Os Procuradores do Trabalho funcionam ordinariamente perante as Varas do Trabalho e os Tribunais Regionais do Trabalho, não carecendo de autorização extraordinária do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho para atuar perante estes Tribunais Regionais, já que a legislação o autoriza.

d) Os Procuradores da República oficiam ordinariamente perante os Juízes Federais e Tribunais Regionais Federais, não carecendo de autorização extraordinária do Conselho Superior do Ministério Público Federal para officiar perante estes Tribunais Regionais, já que a legislação o autoriza.

e) Não respondida.

QUESTÃO 70

Para o exercício de suas atribuições, o Ministério Público da União poderá, nos procedimentos de sua competência, **EXCETO**:

a) Requisitar da Administração Pública serviços permanentes de seus servidores e meios materiais necessários para a realização de quaisquer atividades.

b) Notificar testemunhas e requisitar sua condução coercitiva, no caso de ausência injustificada.

c) Requisitar informações, exames, perícias e documentos de autoridades da Administração Pública direta ou indireta.

d) Requisitar informações e documentos a entidades privadas.

e) Não respondida.

QUESTÃO 71

Não se inclui entre as atribuições do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho:

a) Decidir, em grau de recurso, os conflitos de atribuição entre os órgãos do MPT.

b) Opinar sobre afastamento temporário de membro do MPT.

c) Determinar a realização de correições e sindicâncias e apreciar os relatórios correspondentes.

d) Designar a comissão de processo administrativo em que o acusado seja membro do MPT.

e) Não respondida.

QUESTÃO 72

É prerrogativa processual dos membros do Ministério Público da União, conforme a Lei Complementar n. 75/1993:

- a) Sentar-se no mesmo plano e imediatamente à direita dos juízes singulares ou presidentes dos órgãos judiciários perante os quais oficiem.
- b) Ser preso ou detido somente por ordem escrita do tribunal competente ou em razão de flagrante de crime inafiançável, caso em que a autoridade fará imediata comunicação àquele tribunal e ao Procurador-Geral da República, sob pena de responsabilidade.
- c) Ter ingresso e trânsito livres, em razão de serviço, em qualquer recinto público ou privado, respeitada a garantia constitucional da inviolabilidade do domicílio.
- d) A prioridade em qualquer serviço de transporte ou comunicação, público ou privado, no território nacional, quando em serviço de caráter urgente.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 73

Segundo o disposto no artigo 37, inciso II, da Lei Complementar n. 75/93, o Ministério Público Federal exercerá suas funções nas causas de competência de quaisquer juízes e tribunais, para defesa de direitos e interesses dos índios e das populações indígenas. Com base nessa assertiva indique a resposta **CORRETA**:

- a) Trata-se de atribuição concorrente com o Ministério Público do Trabalho, haja vista que ambos pertencem ao Ministério Público da União.
- b) Excetuam-se as causas em defesa dos direitos e interesses dos índios, decorrentes das relações de trabalho, de atribuição do Ministério Público do Trabalho, por expressa previsão legal.
- c) O princípio da unidade institucional permite a atuação do *parquet* federal no juízo trabalhista, bastando uma autorização do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho.
- d) Trata-se de situação excepcional, em que a Lei Complementar fixa atribuição exclusiva para o Ministério Público Federal tutelar os índios e as populações indígenas.
- e) Não respondida.

<p style="text-align: center;">GRUPO II DIREITO PROCESSUAL CIVIL DIREITO ADMINISTRATIVO</p>
--

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

QUESTÃO 74

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Os atos processuais realizar-se-ão de segunda a sexta-feira, das oito às vinte horas. Serão, todavia, concluídos, depois das 20 (vinte) horas, os atos iniciados antes, quando o adiamento prejudicar a diligência ou causar grave dano.
- b) Podem as partes, de comum acordo, reduzir ou prorrogar o prazo dilatatório; as custas acrescidas em razão da dilação serão divididas igualmente entre as partes.
- c) É defeso às partes, ainda que todas estejam de acordo, reduzir ou prorrogar os prazos peremptórios. O juiz poderá, nas comarcas onde for difícil o transporte, prorrogar quaisquer prazos, mas nunca por mais de 60 (sessenta) dias.
- d) Não havendo preceito legal nem assinatura pelo juiz, será de 10 (dez) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 75

Em relação às provas no Código de Processo Civil, analise as assertivas abaixo:

- 1) Todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, desde que especificados no Código de Processo Civil, são hábeis para provar a verdade dos fatos, em que se funda a ação ou a defesa.
- 2) O ônus da prova incumbe ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito, e ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. A convenção que distribui de maneira diversa o ônus da prova é nula, ainda que recaia sobre direito disponível da parte.
- 3) As provas testemunhais sempre devem ser produzidas em audiência.
- 4) Na ausência de normas jurídicas particulares, o juiz aplicará as regras de experiência comum subministradas pela observação do que ordinariamente acontece e ainda as regras da experiência técnica, ressalvados, quanto a esta, o exame pericial e a inspeção judicial.

De acordo com as assertivas propostas, marque a alternativa **CORRETA**:

- a) todas as assertivas estão incorretas;
- b) apenas as assertivas 1 e 2 estão incorretas;
- c) apenas as assertivas 1, 2 e 3 estão incorretas;
- d) apenas as assertivas 3 e 4 estão corretas.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 76

Assinale a alternativa **INCORRETA** consoante o entendimento sumular do STJ:

- a) Os honorários advocatícios devem ser compensados quando houver sucumbência recíproca, assegurado o direito autônomo do advogado à execução do saldo sem excluir a legitimidade da própria parte.
- b) A liquidação por forma diversa da estabelecida na sentença ofende a coisa julgada.
- c) Formulado pedido certo e determinado, somente o autor tem interesse recursal em arguir o vício da sentença ilíquida.
- d) Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal *a quo*.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 77

Analise as assertivas abaixo:

- 1) O pedido será alternativo, quando, pela natureza da obrigação, o devedor puder cumprir a prestação de mais de um modo. Quando, pela lei ou pelo contrato, a escolha couber ao devedor, o juiz lhe assegurará o direito de cumprir a prestação de um ou de outro modo, desde que o autor tenha formulado pedido alternativo.
- 2) O juiz, de ofício ou a requerimento, pode determinar, para a efetivação da tutela específica requerida ou para a obtenção de resultado prático equivalente, as medidas necessárias para tanto, inclusive a imposição de multa por tempo de atraso.
- 3) A sentença que condenar o réu no pagamento de uma prestação, consistente em dinheiro ou em coisa, valerá como título constitutivo de hipoteca judiciária, cuja inscrição será ordenada pelo juiz na forma prescrita na Lei de Registros Públicos.

De acordo com as assertivas propostas, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) apenas as assertivas 1 e 3 estão corretas;
- b) apenas as assertivas 1 e 2 estão corretas;
- c) apenas as assertivas 2 e 3 estão corretas;
- d) todas as assertivas estão corretas.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 78

Com base no Código de Processo Civil, no que concerne à antecipação da tutela, analise as seguintes assertivas:

- 1) O juiz poderá, a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, desde que, existindo prova inequívoca, se convença da verossimilhança da alegação.
- 2) A tutela antecipada também poderá ser concedida quando um ou mais dos pedidos cumulados, ou parcela deles, mostrar-se incontroverso.
- 3) O juiz concederá a antecipação dos efeitos da tutela quando houver fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação ou se ficar caracterizado o abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu.
- 4) Na decisão que antecipar a tutela, o juiz indicará, de modo claro e preciso, as razões do seu convencimento, mas não concederá a antecipação quando houver perigo de irreversibilidade do provimento antecipado.

De acordo com as assertivas propostas, é **CORRETO** afirmar que:

- a) apenas as assertivas 1, 2 e 3 estão corretas;
- b) apenas as assertivas 1, 3 e 4 estão corretas;
- c) todas as assertivas estão corretas;
- d) apenas as assertivas 2 e 4 estão corretas.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 79

Analisar as seguintes assertivas acerca da ação civil pública:

- 1) Além do Ministério Público, outros legitimados podem ajuizar ação civil pública, tais como, a Defensoria Pública, Municípios, autarquias, empresas públicas, fundações ou sociedades de economia mista.

2) O Ministério Público, se não intervier no processo como parte, poderá atuar como fiscal da lei. Nas hipóteses de abandono da ação civil pública ajuizada pelos outros legitimados fica facultado ao Ministério Público assumir a titularidade ativa da referida ação.

3) Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz determinará o cumprimento da prestação da atividade devida ou a cessação da atividade nociva, sob pena de execução específica, ou de cominação de multa diária, se esta for suficiente ou compatível, independentemente de requerimento do autor.

Marque a alternativa **CORRETA**:

- a) apenas as assertivas 1 e 2 estão corretas;
- b) apenas as assertivas 2 e 3 estão corretas;
- c) apenas as assertivas 1 e 3 estão corretas;
- d) todas as assertivas estão corretas.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 80

A respeito da liquidação e execução das ações coletivas, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Na fase de liquidação e execução do provimento condenatório, os legitimados para a ação coletiva não possuem legitimidade para agir como substituto processual, mas apenas como representantes dos indivíduos beneficiados.
- b) O juízo da liquidação de sentença ou o da ação condenatória é o competente para a execução individual.
- c) Em caso de concurso de créditos decorrentes de condenação em ação civil pública e de indenizações por prejuízos individuais resultantes do mesmo evento danoso, as primeiras terão preferência na execução.
- d) Tratando-se de interesses individuais homogêneos, a liquidação e a execução de sentença poderão ser promovidas pela vítima, mas não por seus sucessores.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 81

Assinale a alternativa **CORRETA**, a respeito do cumprimento das obrigações de fazer e não fazer:

- a) Se procedente o pedido, a obrigação será imediatamente convertida em perdas e danos.

- b) A indenização por perdas e danos não é acumulável com a multa.
- c) Na ação que tenha por objeto a entrega de coisa, o juiz, ao conceder a tutela específica, fixará o prazo para o cumprimento da obrigação.
- d) Tratando-se de entrega de coisa determinada pelo gênero e quantidade, o credor a individualizará na petição inicial, ainda que não lhe caiba a escolha.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 82

A respeito dos recursos extraordinário e especial, considere as seguintes afirmações, tomando-se por base a jurisprudência sumulada do STF e do STJ:

- 1) O recurso especial interposto antes do julgamento dos embargos de declaração oferecidos no Tribunal de origem não precisa ser ratificado diante da garantia constitucional do amplo acesso à justiça.
- 2) Não compete ao STF conceder medida cautelar para dar efeito suspensivo a recurso extraordinário que ainda não foi objeto de juízo de admissibilidade na origem.
- 3) Admite-se recurso especial, quando o acórdão recorrido assenta em fundamentos constitucional e infraconstitucional, qualquer deles suficiente, por si só, para mantê-lo, e a parte vencida não manifesta recurso extraordinário.
- 4) Cabe recurso extraordinário por contrariedade ao princípio constitucional da legalidade, ainda quando a sua verificação pressuponha rever a interpretação dada a normas infraconstitucionais pela decisão recorrida, diante da prevalência da matéria constitucional que atrai a competência do STF.

De acordo com as assertivas propostas, marque a alternativa **CORRETA**:

- a) apenas as assertivas 1, 3 e 4 estão incorretas;
- b) apenas as assertivas 2, 3 e 4 estão incorretas;
- c) apenas as assertivas 1, 2 e 3 estão incorretas;
- d) todas as assertivas estão incorretas.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 83

Quanto às exceções de suspeição e impedimento é **CORRETO** afirmar:

- a) As hipóteses de suspeição são de natureza absoluta, não se sujeitando à preclusão.
- b) As hipóteses de impedimento são de natureza objetiva, não sujeitas à preclusão.

- c) As hipóteses de impedimento são de natureza subjetiva, sujeitas à preclusão.
- d) As hipóteses de suspeição são de natureza relativa, não se sujeitando à preclusão.
- e) Não respondida.

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 84

Julgando a Ação Declaratória de Constitucionalidade n. 16/DF, o STF declarou a constitucionalidade do art. 71, § 1º, da Lei n. 8.666/1993, segundo o qual, “*a inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento (...)*”. Partindo dessa premissa, analise as seguintes assertivas:

- 1) Essa decisão do STF, ao reconhecer a constitucionalidade do dispositivo da Lei de Licitações, vedou a imputação de responsabilidade à Administração Pública por força do descumprimento de direitos trabalhistas, pela empresa contratada, sempre que demonstrada a regularidade formal do procedimento de licitação, sob o fundamento do princípio constitucional da legalidade.
- 2) Essa decisão do STF reconhece a impossibilidade de responsabilização subsidiária automática da Administração Pública contratante de serviços terceirizados, por inadimplemento dos direitos trabalhistas, pela empresa contratada.
- 3) Segundo a atual jurisprudência do TST acerca da matéria, a exigência de certidão negativa de débitos trabalhistas, a cargo da empresa prestadora de serviço, no procedimento de licitação, exime a Administração Pública de responsabilidade subsidiária por eventuais débitos trabalhistas contraídos pela empresa contratada, no curso da execução do contrato.

Marque a alternativa **CORRETA**:

- a) apenas as assertivas 1 e 2 são corretas;
- b) apenas as assertivas 1 e 3 são corretas;
- c) apenas a assertiva 2 é correta;
- d) apenas a assertiva 3 é correta.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 85

Segundo decisão cautelar proferida pelo STF na ADIn n. 2.135-4/DF, atualmente encontra-se em vigor o texto originário do art. 39, *caput*, da Constituição da República, que prevê a obrigatoriedade do Regime Jurídico Único, de natureza estatutária, aplicável à Administração Pública direta, autárquica e fundacional, tendo em vista a suspensão da eficácia do texto inserido pela Emenda Constitucional n. 19/1998. Considerando a jurisprudência do STF, marque a alternativa **INCORRETA**:

- a) Essa decisão cautelar do STF, dotada de efeito *ex nunc*, preserva a validade dos atos de admissão de servidores pelo regime de emprego público, no âmbito das entidades federativas, praticados com base em legislação editada no período em que vigia o dispositivo suspenso.
- b) Essa decisão cautelar não se aplica às empresas públicas e sociedades de economia mista exploradoras de atividade econômica, tendo em vista que tais entidades, por imposição constitucional, submetem-se necessariamente ao regime jurídico de emprego.
- c) Essa decisão cautelar do STF em nada altera a situação jurídica dos servidores públicos da União submetidos à Lei n. 8.112/1990.
- d) Essa decisão cautelar do STF não impede que os entes federativos passem a adotar o regime de emprego no âmbito de suas autarquias, por se tratarem de entidades descentralizadas e autônomas, com patrimônio e personalidade jurídica própria.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 86

Analise as seguintes assertivas sobre o regime de remuneração dos servidores públicos:

- 1) Segundo a jurisprudência pacífica do STF, não cabe ao Poder Judiciário aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia, cabendo apenas ao legislador concretizar este princípio constitucional, observando na elaboração da norma a isonomia remuneratória entre servidores ocupantes de cargos com atribuições iguais ou assemelhadas.
- 2) De acordo com a Lei n. 8.112/1990, o servidor público federal em débito com o erário, que for demitido, exonerado ou que tiver sua aposentadoria ou disponibilidade cassada, terá o prazo de sessenta dias para quitar o débito.
- 3) De acordo com a jurisprudência majoritária do TST, lei municipal que reduza vantagem trabalhista inerente a determinado emprego público somente se aplica aos empregados que vierem a ser admitidos após a edição da norma, tendo em vista que a condição mais benéfica integra o seu contrato de trabalho.
- 4) Segundo a jurisprudência sumulada do TST, a vedação à equiparação salarial entre servidores públicos, por decisão judicial, não se aplica à sociedade de economia mista, pois essa entidade equipara-se a empregador privado, por força do disposto no art. 173, § 1º, inciso II, da Constituição da República.

Marque a alternativa **CORRETA**:

- a) todas as assertivas são corretas;
- b) apenas as assertivas 1 e 4 são corretas;
- c) apenas as assertivas 2 e 3 são corretas;
- d) apenas a assertiva 3 é correta.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 87

Analise as seguintes assertivas:

1) A contratação de empresa privada, pelo Poder Público, para prestação de serviço de apoio administrativo, consistente em atividade acessória, instrumental ou complementar à competência legal do órgão ou entidade pública contratante, constitui instrumento de descentralização administrativa por colaboração.

2) A atribuição da Inspeção do Trabalho, de fiscalizar o cumprimento das disposições legais e regulamentares, inclusive as relacionadas à saúde e segurança, no âmbito das relações de trabalho e emprego, não se caracteriza como serviço público em sentido estrito.

3) A transferência da execução de serviço público a entidade privada, por meio de concessão ou permissão, constitui método de desconcentração administrativa.

4) A sociedade de economia mista que atue como concessionária de serviço público se submete à obrigação constitucional de manter serviço adequado, bem como aos princípios que regem a prestação de serviços públicos, a exemplo da continuidade e da isonomia.

Marque a alternativa **CORRETA**:

- a) somente as assertivas 2 e 3 são incorretas;
- b) todas as assertivas são verdadeiras;
- c) somente as assertivas 2 e 4 são corretas;
- d) somente as assertivas 3 e 4 são incorretas.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 88

Assinale a alternativa **INCORRETA**:

a) O STF tem precedente atual de que o empregado de empresa pública ou sociedade de economia mista prestadora de serviço público, apesar de não ser beneficiário de estabilidade, deve ter seu ato de dispensa motivado, para gozar de validade.

b) Segundo a jurisprudência sumulada do STF, a exoneração de servidor público estatutário em estágio probatório não depende de prévio procedimento de apuração, tendo em vista que ainda não adquiriu a estabilidade.

c) Segundo a jurisprudência predominante no TST, a despedida de empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista exploradora de atividade econômica, mesmo admitido por concurso público, não precisa ser motivado para gozar de validade.

d) Apesar do art. 41 da Constituição da República, alterado pela EC n. 19/1998, destinar a estabilidade aos servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público, a jurisprudência predominante do TST é firme no sentido de que o servidor público celetista da administração direta, autárquica ou fundacional também é beneficiário da estabilidade prevista naquele dispositivo constitucional.

e) Não respondida.

QUESTÃO 89

Qual dos seguintes atos administrativos **NÃO PODE** ser considerado como emanção do poder de polícia:

a) Homologação da rescisão do contrato de trabalho firmado por empregado com mais de um ano de serviço, pela autoridade do Ministério do Trabalho.

b) Lavratura de auto de infração, por Auditor Fiscal do Trabalho, em face do empregador, em razão de não haver sido registrado o contrato em CTPS.

c) Expedição de notificação às empresas para apresentar comprovante de fornecimento de equipamento de proteção individual.

d) A interdição de estabelecimento quando houver grave e iminente risco para o trabalhador, por ordem da autoridade competente do Ministério do Trabalho e Emprego.

e) Não respondida.

QUESTÃO 90

Analise e responda em quais destas hipóteses o servidor público estável **PODERÁ** perder o cargo:

1) Em razão de eleição para cargo eletivo.

2) Em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

3) Mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.

4) Mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

Marque a alternativa **CORRETA**:

- a) apenas nas hipóteses 2, 3 e 4;
- b) apenas nas hipóteses 1, 2 e 3;
- c) apenas nas hipóteses 2 e 3;
- d) em todas as hipóteses.
- e) Não respondida.

GRUPO III
DIREITO PREVIDENCIÁRIO, DIREITO PENAL,
DIREITO INTERNACIONAL E COMUNITÁRIO

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

QUESTÃO 91

Analise as assertivas abaixo e assinale a **INCORRETA**:

- a) A contribuição previdenciária do aposentado pelo regime geral que retorna à atividade encontra fundamento no princípio constitucional da universalidade do custeio da Previdência Social.
- b) Não incide contribuição previdenciária sobre o 13º salário.
- c) Integra o salário de contribuição o valor total das diárias pagas ao empregado, quando excedente a 50% (cinquenta por cento) da remuneração mensal.
- d) Segundo o STF, as entidades beneficentes de assistência social detêm imunidade relativas às contribuições para a Seguridade Social, desde que preencham os requisitos legais.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 92

Leia e analise as seguintes assertivas:

- 1) As ações referentes à prestação por acidente de trabalho prescrevem em 2 (dois) anos, com termo inicial a partir da data do acidente, quando dele resultar morte ou a

incapacidade temporária, verificada esta em perícia médica a cargo da Previdência Social.

2) Segundo jurisprudência sumulada do STJ, o termo inicial do prazo prescricional na ação de indenização decorrente de acidente de trabalho é a data em que o segurado teve ciência inequívoca da incapacidade laboral.

3) O INSS detém legitimidade ativa para propor ação regressiva objetivando o ressarcimento dos valores referentes aos benefícios que desembolsou em caso de acidente de trabalho causado por negligência do empregador, uma vez que o pagamento destas prestações pela Previdência Social não exclui a responsabilidade civil do causador do infortúnio.

Marque a alternativa **CORRETA**:

- a) as assertivas 1 e 2 estão corretas;
- b) as assertivas 2 e 3 estão corretas;
- c) as assertivas 1 e 3 estão corretas;
- d) apenas a assertiva 2 está correta.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 93

Em relação aos benefícios previdenciários, é **CORRETO** afirmar:

- a) Para fazer jus à aposentadoria por invalidez, o segurado deverá necessariamente estar em gozo de auxílio-doença.
- b) O empregado doméstico não tem direito à aposentadoria por idade.
- c) O aposentado por invalidez não terá direito ao salário-família.
- d) A percepção do salário-maternidade está condicionada ao afastamento da segurada do trabalho.
- e) Não respondida.

DIREITO PENAL

QUESTÃO 94

Analise as seguintes assertivas:

- 1) A Constituição da República criminaliza a retenção dolosa de salário.
- 2) Há na legislação ordinária penal extravagante tipo específico para a retenção dolosa de salários.

3) A retenção da CTPS pelo empregador por prazo superior a cinco dias não constitui crime contra a organização do trabalho, mas simples contravenção penal.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) apenas as assertivas 1 e 3 estão corretas;
- b) apenas as assertivas 2 e 3 estão corretas;
- c) apenas a assertiva 1 está correta.
- d) todas estão corretas.
- e) Não respondido.

QUESTÃO 95

Marque a alternativa **INCORRETA**:

- a) Incorre no crime de peculato o funcionário público que desviar dinheiro particular, de que tem a posse em razão do cargo, ainda que o aplique em proveito da própria repartição em que estiver lotado.
- b) Incorre na pena do crime de apropriação indébita previdenciária o prestador de serviço que deixar de recolher contribuições devidas à previdência social que tenham integrado os custos operacionais relativos à prestação de serviços.
- c) Incorre em crime contra a organização do trabalho quem recruta trabalhadores fora do local de trabalho, dentro do território nacional, e não assegura condições de retorno ao seu local de origem.
- d) Incorre em crime de redução à condição análoga a de escravo quem submete trabalhador a jornada exaustiva ou a condições degradantes de trabalho, desde que ocorra, concomitantemente, algum cerceio à sua liberdade de locomoção.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 96

Acerca do crime de frustração de direito assegurado por lei trabalhista é **INCORRETO** afirmar:

- a) Admite tentativa.
- b) Pode ser executado por meio de violência.
- c) Trata-se de norma penal em branco.
- d) Não pode ser classificado como crime permanente.
- e) Não respondida.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E COMUNITÁRIO

QUESTÃO 97

De acordo com a Convenção Americana de Direitos Humanos, analise as assertivas abaixo:

- 1) Toda pessoa tem direito a um prenome e aos nomes de seus pais ou ao de um destes. A lei deve regular a forma de assegurar a todos esse direito, mediante nomes fictícios, se for necessário.
- 2) Toda criança terá direito às medidas de proteção que a sua condição de menor requer, por parte da sua família, da sociedade e do Estado.
- 3) Toda pessoa tem direito ao uso e gozo de seus bens. A lei pode subordinar esse uso e gozo ao interesse coletivo.
- 4) Toda pessoa terá o direito de sair livremente de qualquer país, inclusive do próprio, exceto em tempo de guerra.

Marque a alternativa **CORRETA**:

- a) apenas as assertivas 1 e 2 estão corretas;
- b) apenas as assertivas 2 e 3 estão corretas;
- c) apenas as assertivas 3 e 4 estão corretas;
- d) apenas as assertivas 2, 3 e 4 estão corretas.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 98

De acordo com o Tratado de Assunção, é **INCORRETO** afirmar o seguinte:

- a) O art. 1, do Anexo IV, prescreve que cada Estado Parte poderá aplicar, até 31 de dezembro de 1994, cláusulas de salvaguarda à importação dos produtos que se beneficiem do Programa de Liberação Comercial estabelecido no âmbito do Tratado.
- b) O Mercado Comum do Sul implica a coordenação de políticas econômicas entre os Estados-Partes, a fim de assegurar condições adequadas à livre iniciativa e de proteção ao trabalho humano.
- c) Nas relações com terceiros países os Estados-Partes assegurarão condições equivalentes de comércio. Para tal fim, aplicarão suas legislações nacionais para incluir importações cujos preços estejam influenciados por subsídios, *dumping* ou qualquer outra prática desleal.

d) Em matéria de impostos, taxas e outros gravames internos, os produtos originários do território de um Estado-Parte gozarão, nos outros Estados-Partes, do mesmo tratamento que se aplique ao produto nacional.

e) Não respondida.

QUESTÃO 99

Sobre a Organização Internacional do Trabalho – OIT, é **CORRETO** dizer que:

a) Sua criação é anterior ao estabelecimento da Organização das Nações Unidas, não podendo, por isso, ser considerada um dos antecedentes históricos do processo de universalização dos direitos humanos.

b) O tripartismo é característica essencial da OIT, encontrando-se presente em todos os seus órgãos deliberativos e mecanismos do sistema de monitoramento de aplicação de Convenções e Recomendações.

c) O Conselho de Administração – órgão tripartite responsável pela elaboração e controle da execução das políticas e programas da OIT – é composto por 56 membros, sendo 14 representantes de empregadores, 14 representantes de trabalhadores e 28 representantes governamentais, eleitos mediante entre os 185 países membros da OIT, em sistema de rodízio, para um mandato de 3 anos.

d) Queixa é o procedimento constitucional mediante o qual um Estado-Membro submete à OIT denúncia contra outro Estado-Membro que não tenha adotado medidas satisfatórias para o cumprimento de uma Convenção que ambos hajam ratificado.

e) Não respondida.

QUESTÃO 100

No que se refere à produção normativa da OIT, é **INCORRETO** afirmar:

a) A Declaração da OIT sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho necessita de ratificação para vigor em âmbito nacional.

b) Não se exige a votação unânime dos delegados presentes à Conferência Internacional do Trabalho para aprovação de uma convenção.

c) Como regra geral, os Estados-Membros têm o prazo de 1 (um) ano para submeterem às suas autoridades competentes a convenção aprovada pela Conferência Internacional do Trabalho.

d) As Convenções não ratificadas constituem fontes materiais de Direito do Trabalho.

e) Não respondida.